

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.013 - RJ (2019/0352428-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : JORGE JOSE MONTEIRO DO CARMO (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JORGE JOSE MONTEIRO DO CARMO em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rio de Janeiro, assim ementado:

*HABEAS CORPUS*. Execução Penal. Progressão de regime. PAD. Pleito em análise no Juízo da Execução, que com a necessária cautela, aguarda a elaboração de exame criminológico e posterior manifestação do Ministério Público para decidir a respeito, importando na ausência de constrangimento ilegal a sanar pela via estreita do writ, à evidência de inocorrência de inércia quanto à sua apreciação.

ORDEM DENEGADA.

O juízo monocrático, atendendo pleito ministerial, determinou a realização de exame criminológico antes da análise do pedido de progressão do regime para o aberto em prisão albergue domiciliar.

Neste recurso, a defesa sustenta retardo injustificado na análise do pedido de progressão de regime, muito embora preenchidos todos os requisitos legais, sendo inidônea a fundamentação da decisão que determina a realização do exame criminológico.

Liminarmente, pretende que o recorrente aguarde no regime aberto a apreciação do mérito do *habeas corpus*, pugnando, ao final, pela concessão da ordem para que o Juiz da Vara de Execuções Penais aprecie, imediatamente, o pedido de progressão de regime ao aberto na modalidade prisão albergue domiciliar.

Na origem, processo de execução n. 0331779-63.1998.8.19.0001, determinação de realização do exame criminológico, em 18/9/2019, juntada de ofício expedido, em 2/10/2019, e de ato ordinário em 11/10/2019, consoante informações disponíveis no *site* do Tribunal *a quo*, em pesquisa realizada em 26/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente

# *Superior Tribunal de Justiça*

constrangimento ilegal.

Destaca-se que em relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois, se faz necessário exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de Execução Penal.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO  
Relator